



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	2467/126/14
Poder	LEGISLATIVO
Município	Getulina
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE GETULINA
Período	08/2014
Relator	Dr. Antonio Roque Citadini
Unidade Fiscalizadora	UR-04 UNIDADE REGIONAL DE MARÍLIA
Responsável	LUIZ CARLOS FERREIRA DA ROCHA
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	305.327.367-53
Período de Gestão	01/01/2013 a 31/12/2014

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces

CÂMARA MUNICIPAL DE GETULINA	R\$ 0.00	R\$ 3.700,00
------------------------------	----------	--------------

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE GETULINA	R\$ 0.00	R\$ 3.700,00	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE GETULINA	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 2.465,68

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
8/2013	R\$ 754.120,42	R\$ 21.859.818,60	3,4498%	6,0000%
12/2013	R\$ 796.555,01	R\$ 22.992.822,53	3,4644%	6,0000%
4/2014	R\$ 793.971,60	R\$ 23.967.286,17	3,3127%	6,0000%
8/2014	R\$ 806.297,88	R\$ 24.152.250,71	3,3384%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 09/10/2014
Hora da Geração: 00:49:03